



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO VI – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

Pregão Eletrônico para o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de óleos lubrificantes automotivos, destinados à manutenção de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à frota das Secretarias Municipais de São Francisco de Paula/RS.

Aos (....) dias do mês de (...) do ano de dois mil e vinte e (...), o **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº ..., com sede administrativa à Avenida Benjamin Constant, 1441, Centro, São Francisco de Paula, RS, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr Thiago Carniel Teixeira, e a empresa__, inscrita no CNPJ sob o nº __, localizada à Rua__, ____, bairro__, na cidade de ____, estado do ____, representada neste ato pelo seu proprietário, Senhor ____, nacionalidade, profissão, estado civil, portador da Cédula de Identidade nº ____, inscrito no CPF sob o nº ____, residente e domiciliado à Rua ____, ____, na cidade de ____, estado do ____, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 28/2026, Processo Administrativo nº 595/2026, para Registro de Preços, que julgou proposta deste como mais vantajosa e na qual as partes encontram-se vinculadas, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** de acordo com as cláusulas que seguem.



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Estado do Rio Grande do Sul

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto da presente Ata de Registro de Preços é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de óleos lubrificantes automotivos, destinados à manutenção de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à frota das Secretarias Municipais de São Francisco de Paula/RS.

1.2. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	GRAXA LUBRIFICANTE À BASE DE SABÃO DE LÍTIO, TIPO MULTIFUNCIONAL, COM ADITIVAÇÃO DE EXTREMA PRESSÃO (EP), INDICADA PARA APLICAÇÃO EM CUBOS DE RODA, ROLAMENTOS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS EM GERAL, SOB CONDIÇÕES SEVERAS DE CARGA E IMPACTO. DEVE APRESENTAR ALTA RESISTÊNCIA À ÁGUA E À OXIDAÇÃO. GRAU NLGI 2 OU 3. FAIXA DE TEMPERATURA DE OPERAÇÃO ENTRE -20°C E 130°C. DEVE POSSUIR CARACTERÍSTICAS IGUAIS OU SUPERIORES ÀS SEGUINTE: PENETRAÇÃO NÃO TRABALHADA (0,1 MM) = 255; PENETRAÇÃO TRABALHADA 60X (0,1 MM) = 255; PENETRAÇÃO TRABALHADA 10000X (0,1 MM) = 255; PONTO DE GOTA MÍNIMO DE 186°C; CARGA TIMKEN MÍNIMA DE 40 LB; ÓLEO BÁSICO MINERAL COM VISCOSIDADE APROXIMADA DE 250 CST A 40°C E 18,5 CST A 100°C. EMBALAGEM: BALDE DE 20 KG.	KG	250,00		
2	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES 2 TEMPOS, DEVENDO ATENDER NO MÍNIMO À CLASSIFICAÇÃO API TC OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP. COTA RESERVADA	LITRO	350,00		
3	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES 2 TEMPOS, DEVENDO ATENDER NO MÍNIMO À CLASSIFICAÇÃO API TC OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.. AMPLA CONCORÊNCIA	LITRO	1.050,00		
4	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA, TIPO ATF, ATENDENDO NO MÍNIMO À ESPECIFICAÇÃO DEXRON III OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	400,00		
5	ÓLEO LUBRIFICANTE 100% SINTÉTICO, VISCOSIDADE SAE 10W40, ATENDENDO NO	LITRO	100,00		



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Estado do Rio Grande do Sul

	MÍNIMO ÀS ESPECIFICAÇÕES ACEA E4/E7 OU SUPERIORES, COM REGISTRO NA ANP.				
6	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO E SISTEMAS HIDRÁULICOS (UTTO), VISCOSIDADE SAE 30, ATENDENDO NO MÍNIMO À CLASSIFICAÇÃO API GL-4 OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	200,00		
7	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ENGRENAGENS, VISCOSIDADE SAE 90, CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA API GL-5 OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	500,00		
8	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO, VISCOSIDADE SAE 140, CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA API GL-5 OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	100,00		
9	ÓLEO HIDRÁULICO TIPO ATF, ATENDENDO NO MÍNIMO À ESPECIFICAÇÃO TIPO A SUFIXO A OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	400,00		
10	ÓLEO LUBRIFICANTE 100% SINTÉTICO, VISCOSIDADE SAE 0W20, CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA API SN OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	400,00		
11	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOCICLETAS, VISCOSIDADE SAE 20W50, CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA API SL OU SUPERIOR, ATENDENDO À NORMA JASO MA OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	150,00		
12	ADITIVO PARA RADIADOR, SOLUÇÃO PRONTA PARA USO, COM PROPRIEDADES ANTICORROSIVAS E ANTIFERVURA, EMBALAGEM DE 1 LITRO.	EMBALAGEM	100,00		
13	FLUIDO DE FREIO SINTÉTICO, ATENDENDO NO MÍNIMO À CLASSIFICAÇÃO DOT 3 OU SUPERIOR, CONFORME NORMAS SAE E ABNT, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	100,00		
14	FLUIDO PARA TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA, TIPO ATF, ATENDENDO NO MÍNIMO À ESPECIFICAÇÃO DEXRON II OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	100,00		
15	GRAXA LUBRIFICANTE À BASE DE SABÃO DE LÍTIO, COM ADITIVAÇÃO EP, GRAU NLGI 2, ATENDENDO À NORMA ASTM D4950 OU SUPERIOR.	KG	250,00		
16	ÓLEO LUBRIFICANTE 100% SINTÉTICO, VISCOSIDADE SAE 5W30, CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA API SN OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	600,00		
17	ÓLEO HIDRÁULICO, VISCOSIDADE ISO VG 46, TIPO AW/HLP, CONFORME DIN 51524 PARTE 2 OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	2.000,00		
18	ÓLEO HIDRÁULICO, VISCOSIDADE ISO VG 68, TIPO AW/HLP, CONFORME DIN 51524 PARTE 2 OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	3.000,00		
19	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL, VISCOSIDADE SAE 15W40, CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA API CH-4 OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP. COTA RESERVADA	LITRO	900,00		
20	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL, VISCOSIDADE SAE 15W40, CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA API CH-4 OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.. AMPLA CONCORRÊNCIA	LITRO	2.700,00		



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Estado do Rio Grande do Sul

21	ÓLEO PARA DIFERENCIAL, VISCOSIDADE SAE 85W140, CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA API GL-5 OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	700,00		
22	ÓLEO PARA DIFERENCIAL, VISCOSIDADE SAE 90, CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA API GL-5 OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	1.000,00		
23	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO, VISCOSIDADE SAE 20W30 OU EQUIVALENTE, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	300,00		
24	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO, VISCOSIDADE SAE 10W30, CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA API GL-4 OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	100,00		
25	ÓLEO LUBRIFICANTE SEMISSINTÉTICO, VISCOSIDADE SAE 10W40, CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA API SN OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	300,00		
26	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL, VISCOSIDADE SAE 15W40, CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA API CI-4 OU SUPERIOR, ATENDENDO À ACEA E7 OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	300,00		
27	ÓLEO LUBRIFICANTE SEMISSINTÉTICO, VISCOSIDADE SAE 15W40, CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA API SL OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	300,00		
28	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO, VISCOSIDADE SAE 50, ATENDENDO À ESPECIFICAÇÕES DE TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS PESADAS OU EQUIVALENTES, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	100,00		
29	ÓLEO LUBRIFICANTE 100% SINTÉTICO, VISCOSIDADE SAE 5W30, CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA API SN OU SUPERIOR, ATENDENDO À ACEA C2/C3 OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	1.000,00		
30	ÓLEO LUBRIFICANTE 100% SINTÉTICO, VISCOSIDADE SAE 5W40, CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA API SN OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	200,00		
31	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO, VISCOSIDADE SAE 75W80, CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA API GL-5 OU SUPERIOR, COM REGISTRO NA ANP.	LITRO	200,00		
TOTAL					

1.4. Caberá exclusivamente à contratada o fornecimento de todos os materiais, produtos, equipamentos e mão de obra necessários à execução dos serviços e/ou entrega dos materiais.

1.5. Os itens previstos no Termo de Referência, quando demandados, deverão atender integralmente às normas técnicas aplicáveis e aos padrões de qualidade exigidos pela legislação vigente.



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

1.6. A empresa contratada deverá garantir a qualidade dos itens entregues, responsabilizando-se pelo cumprimento das especificações técnicas e dos padrões de desempenho e segurança definidos no Termo de Referência e na legislação pertinente.

1.7. Todas as especificações técnicas do objeto estão descritas no Termo de Referência anexo ao edital.

1.8. Por se tratar de Registro de Preço a administração Municipal, em conformidade com o art. 83 da Lei nº 14.133/21, não se obriga a requisitar a totalidade dos materiais licitados, e solicitará os mesmos de acordo com a demanda, podendo por exemplo, ser requisitadas pequenas quantidades semanalmente, para as atividades diárias das secretarias. Logo, as empresas que se fizerem participantes desse ato licitatório deveram ter ciência de que a aquisição se dará de forma fracionada e eventual. Nestes termos, qualquer tentativa de importar um pedido mínimo à Administração por parte do fornecedor seria inconsistente com os termos do edital e, conseqüentemente, ilegal.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada o preço vantajoso, conforme artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. Os preços ofertados pelas empresas, signatárias da presente ATA de Registro de Preços, constam da tabela descritiva dos itens, conforme item 1.3 deste instrumento.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a fonte de recursos poderá ser informada no momento da aquisição.



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento dos itens eventualmente solicitados, por intermédio da Secretaria da Fazenda do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

5.1.1. A Nota Fiscal/Fatura, emitida pelo fornecedor, deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do empenho e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

5.1.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.2. O pagamento será efetuado:

5.2.1. Notas fiscais emitidas pela empresa e recebidas pela secretaria demandante entre os dias **1º e 15, serão pagas no dia 25, subsequente.**

5.2.2. Notas fiscais emitidas pela empresa e recebidas pela secretaria demandante entre os dias **16 e 30 ou, 31, serão pagas no dia 10, subsequente.**

5.3. O pagamento fica condicionado a emissão de documento fiscal idôneo, dentro do mês de competência da despesa, devendo conter no mesmo nº do empenho a que se refere a despesa (um documento fiscal por empenho), assim como, deverão constar todas as retenções a serem efetuadas pelo município, devendo ser evidenciadas as alíquotas aplicadas tanto para IRRF como para o ISS, conforme legislação tributária e constitucional vigente. As notas fiscais deverão ser entregues aos setores demandantes que deverão imediatamente remeter à Secretaria da Fazenda para pagamento.

5.3.1. Empresas optantes do Simples Nacional estão desobrigadas quanto a retenção do Imposto de Renda, no entanto, devem ter retido o ISS (Imposto sobre serviço) sempre que o serviço for prestado no território de São Francisco de Paula, com as alíquotas de enquadramento conforme faturamento e regramento do Simples Nacional.

5.3.2. Já empresas optantes do Lucro Presumido ou Lucro Real deverão ter sempre retidos tanto o Imposto de Renda (em todas as situações, tanto para serviço como material conforme IN RFB 1234/2012) como o Imposto Sobre Serviço, desde que o mesmo seja prestado no território de São Francisco de Paula com as alíquotas previstas no Código Tributário do Município.

5.4. O pagamento sempre será efetuado mediante transferência bancária, em conta constante no Cadastro da empresa, em nome da mesma, observado se pessoa física e/ou jurídica. Poderão ser efetuados pagamentos mediante boletos com códigos de barra, desde que o mesmo apresente os valores líquidos, considerando as retenções devidas, quando for o caso.



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

5.5. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REEQUILÍBRIO DE PREÇOS

6.1. A contratada poderá requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato quando ocorrer, de forma comprovada, alteração extraordinária e imprevisível ou derivada de fato superveniente ao pactuado, que cause impacto significativo sobre os custos originalmente assumidos e torne inviável a regular execução do objeto contratado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. O pedido deverá ser formalizado junto à Administração, devidamente instruído com documentação comprobatória e justificativa técnica, sendo obrigatoriamente composto pelos elementos descritos nesta cláusula.

6.3. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro terá como marco inicial a data do seu protocolo junto à Administração.

6.3.1. Caso a contratada já tenha recebido empenho com base nos valores anteriormente pactuados e, até a data do protocolo, não tenha formalizado o pedido de reequilíbrio, deverá executar o objeto conforme os termos do empenho emitido.

6.3.2. A solicitação de reequilíbrio não suspende automaticamente a emissão de novos empenhos. No entanto, a partir da data do protocolo, a Administração poderá, por conveniência e cautela, suspender provisoriamente a emissão de novos empenhos referentes aos itens incluídos no pleito.

6.3.3. Concluída a análise administrativa, e conforme o resultado do julgamento a Administração adotará as providências cabíveis, podendo realizar a anulação, complementação ou manutenção dos empenhos eventualmente emitidos, em consonância com a decisão proferida.

6.4. O requerimento será submetido à análise técnica, jurídica e econômico-financeira da Administração, podendo ser deferido total ou parcialmente. O reequilíbrio, se reconhecido, será formalizado por termo aditivo e limitar-se-á à revisão dos preços praticados, exclusivamente para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, não implicando alteração de quantitativos ou escopo contratual.

6.5. A simples elevação de preços de mercado não enseja automaticamente o direito à revisão, devendo a contratada comprovar de forma robusta a efetiva onerosidade e a quebra da equação econômico-financeira pactuada.

6.6. Após o protocolo, o requerimento será analisado no prazo de até 30 (trinta) dias, para decisão quanto ao deferimento total, parcial ou indeferimento do pleito:

6.7. Documentos fiscais comparativos



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

6.7.1. Apresentação de notas fiscais ou comprovantes de aquisição dos insumos e itens relevantes da proposta original (vigentes na data da licitação) e das atuais (vigentes na data do pedido), demonstrando a variação efetiva de preços.

6.8. Comprovação do caráter setorial ou mercadológico do aumento

6.8.1. Documentação que comprove que a elevação dos custos não se limita à relação comercial entre a contratada e seus fornecedores, mas decorre de aumento generalizado no setor de atuação. Podem ser apresentados reportagens ou matérias de veículos de comunicação especializados; boletins ou índices de mercado amplamente reconhecidos; publicações de órgãos públicos ou entidades de classe.

6.8.2. Tais documentos devem evidenciar que o aumento reflete uma realidade de mercado, e não um repasse isolado.

6.9. Demonstração da imprevisibilidade ou da onerosidade excessiva

6.9.1. A contratada deverá demonstrar, de forma objetiva, que a variação dos custos extrapola os limites previsíveis e ordinários do contrato, comprometendo sua viabilidade econômica. Para isso, deve apresentar um comparativo técnico-financeiro entre os valores originalmente praticados e os atuais, com justificativa detalhada sobre a impossibilidade de execução sem prejuízo.

6.10. Planilha de custos analítica atualizada

6.10.1. Anexação de planilha detalhada com os novos custos unitários e globais, correlacionando cada valor alterado aos documentos comprobatórios e criando uma linha histórica de evolução dos custos desde a assinatura da ata até o momento do pedido, com memória de cálculo clara.

6.11. Justificativa jurídica

6.11.1. Apresentação de breve fundamentação jurídica, indicando a base legal do pedido e sua aderência aos princípios da Administração Pública, notadamente os da legalidade, economicidade, continuidade do serviço público e equilíbrio contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE FINANCEIRO.

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado, em 03 de março de 2026.

7.2. Após o transcurso do período de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, desde que:

- a)** a contratada não tenha dado causa a atrasos contratuais;
- b)** o reajuste seja requerido formalmente pela contratada;
- c)** o índice aplicável seja o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;
- d)** o reajuste somente terá efeitos financeiros após o fechamento do período de 12 (doze) meses e a efetiva renovação do contrato, não se aplicando a períodos anteriores à data de início da nova vigência.



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

7.3. O cálculo do reajuste será realizado após a divulgação oficial do índice IPCA referente ao mês de aniversário da data-base de 12 (doze) meses, vinculado à data do orçamento estimado.

7.4. Considerando que o índice IPCA é divulgado pelo IBGE com defasagem de um mês, não será possível realizar o reajuste no exato momento da renovação da ata, sendo necessário aguardar a publicação oficial do índice relativo ao mês-base correspondente.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para o reajuste dos preços, por meio de termo aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA

8.1. O prazo para entrega, após o recebimento da nota de empenho, será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, podendo este ser prorrogado mediante justificativa formal, desde que solicitado pela Contratada e aceito pela Administração.

8.2. O local para entrega será indicado na nota de empenho, sendo a entrega realizada dentro dos limites do Município de São Francisco de Paula/RS.

8.3. Será de inteira responsabilidade da Contratada o transporte dos itens ao local indicado para a sua entrega, bem como no caso de substituição do objeto rejeitado.

8.4. A Administração não efetuará qualquer pagamento antes do recebimento definitivo do objeto.

9. CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO

9.1. Recebimento provisório: Os itens serão considerados provisoriamente recebidos no ato de sua entrega, ficando sujeitos à verificação posterior quanto à conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

9.2. Recebimento definitivo: O recebimento definitivo ocorrerá automaticamente no momento do pagamento, desde que não haja apontamentos da fiscalização quanto à inexecução, inadequação ou não conformidade dos serviços prestados. O pagamento estará condicionado à aceitação final dos materiais conforme os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.2. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação do objeto e o atendimento das exigências contratuais.



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

- 10.3. Rejeitar, no todo ou em parte o objeto entregue em desacordo com as especificações deste documento e solicitar expressamente sua adequação, no prazo acordado.
- 10.4. Informar à Contratada, por escrito, as razões que motivaram eventual rejeição dos produtos/serviços contratados.
- 10.5. Efetuar, no prazo previsto, o pagamento dos serviços executados, desde que a Contratada tenha cumprido todas as obrigações e apresentado a nota fiscal e documentos de suporte na forma e prazo hábeis para realização de pagamento.
- 10.6. Nomear Gestor e Fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- 10.7. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 10.8. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada, dentro dos prazos definidos no certame.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO.

- 11.1. A fiscalização do recebimento do objeto deste Termo de Referência ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do artigo 140, II da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega destes, e de tudo dar ciência à Administração.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Caberá exclusivamente à contratada o fornecimento de todos os materiais, produtos, equipamentos e mão de obra necessários à execução dos serviços e/ou entrega dos materiais.
- 12.2. **A contratada deverá manter válidos e atualizados, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, os requisitos exigidos para sua habilitação, sendo obrigatória a atualização regular de todas as certidões e documentos constantes no Cadastro de Fornecedores do Município, sob pena de suspensão da contratação até a devida regularização.**
- 12.3. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, bem como as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

- 12.4.** Atender todas as especificações e orientações constantes neste Termo de Referência e seus anexos;
- 12.5.** Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação, que venham a ser solicitados pela Contratante visando propiciar os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante;
- 12.6.** Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Fiscal do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 12.7.** Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante.
- 12.8.** Entregar os itens objeto da presente licitação, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no prazo máximo indicado na cláusula oitava, conforme especificações, quantidades e local determinados na Nota de Empenho, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 12.9.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 12.10.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 12.11.** Indicar um responsável/preposto para manter contato direto com a Contratante.
- 12.12.** A contratada não poderá, em nenhuma hipótese, exigir quantidade mínima de solicitações ou serviços para realizar a execução, estando ciente de que a contratação se dá por Sistema de Registro de Preços e que a demanda será atendida de forma pontual, conforme a necessidade da Administração, nos termos deste Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO.

- 13.1.** Não será admitida a subcontratação total do objeto.
- 13.2.** Contudo, a subcontratação parcial para atividades acessórias, como logística ou transporte, poderá ser realizada, desde que a contratada mantenha a responsabilidade integral pelo cumprimento do objeto principal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

14.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na entrega do material ou execução do serviço, garantida a prévia defesa, ficará a Contratada sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal 2399/2023, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – EXTINÇÃO.

15.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser extinta:

15.2. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

15.3. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

15.4. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

15.5. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da lei nº 14.133/2021.

15.6. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

15.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.6.3. Indenizações e multas.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VEDAÇÕES.

16.1. É VEDADO À CONTRATADA:

16.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

16.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES.

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS.

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Estado do Rio Grande do Sul

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO.

19.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO.

20.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco de Paula/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Esta Minuta de Ata de Registro de Preço
foi devidamente examinada e aprovada
pela Procuradoria Geral do Município.

São Francisco de Paula, xxxx de 2026.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA